

CLIPPING IMPRESSO

17/11/2020



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	1
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	2
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. DECISÕES.....	5



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 56/2020
Processo nº 15653/2020**

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos; **Justificativa:** Revisão do Termo de Referência; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3261 6181 / 6194. São Luís/MA, 16 de novembro de 2020. **Katia Araújo Gonçalves** – Pregoeira TJMA. TJMA (Uasg 925125).

Serviço automatizado avisa entrada de petições no Plantão Judiciário

Divulgação



Notificação de entrada de petições é feita pelo celular

O serviço de Aviso Automatizado do Plantão do Processo Judicial Eletrônico (PJE) agilizou o recebimento de comunicações de entrada de petições de urgência no plantão judiciário da Justiça de primeiro grau, nos horários em que não há expediente forense.

Por meio dessa ferramenta, o advogado acessa o sistema PJe do 1º Grau durante o plantão judiciário e dá entrada na petição eletrônica. Um programa de informática (internet robot) faz o rastreamento na base de dados do sistema, captando o processo protocolado, e em seguida envia uma mensagem ao grupo de mensagens do aplicativo do Telegram “Plantão judicial do 1º Grau”, que reúne os contatos dos servidores plantonistas da comarca. Os membros do grupo são avisados por meio do celular da entrada do processo protocolado no PJe durante o plantão. Em seguida, o plantonista toma as providências necessárias para o encaminhamento do processo na unidade jurisdicional.

A ferramenta foi implantada pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Maranhão no 2º grau no segundo semestre do ano passado e depois expandida para as comarcas do interior, em auxílio aos juízes e servidores plantonistas. Cada comarca tem o seu grupo do “Plantão Judicial de 1º Grau” no Telegram. As comarcas de São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias, Timon e Joselândia já estão utilizando o serviço, com 2.234 notificações automáticas já realizadas, desde junho deste ano.

O serviço é opcional, mas já está em uso na maioria das comarcas de entrância intermediária e ainda em expansão dentre as unidades de entrância inicial, pelos servidores plantonistas. O uso dessa ferramenta é recomendado pela Corregedoria-Geral da Justiça, como facilitador no atendimento à demanda judicial durante o plantão judiciário, mas o uso é opcional.

Antes do aviso automático pelo celular, o servidor plantonista tinha de ficar com o sistema aberto para verificar a todo momento o registro de entrada de petições. Com o aviso no grupo do Telegram, esse procedimento ficou mais prático, fácil e rápido.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Para a diretora do Fórum de Imperatriz, Ana Beatriz Maia, as inovações tecnológicas implementadas pela gestão da mesa diretora do Tribunal de Justiça são uma demonstração de apoio ao trabalho de magistrados e servidores, sempre com foco no aprimoramento da prestação jurisdicional, direcionando esforços para a efetividade da Justiça.

“Foi de grande valia para agilidade das nossas atividades. Esse aplicativo facilita também para o cidadão e para o advogado, esse contato conosco. Ainda mais em uma comarca como a de Imperatriz, a segunda maior comarca do Maranhão, veio realmente para colaborar na agilidade e nesse diálogo entre o magistrado e a parte. Porque agora tomamos conhecimento (das petições) de uma forma mais rápida. Nós vivemos numa era tecnológica, e temos de nos adaptar e tudo que vem que vem da tecnologia para contribuir na melhoria do nosso trabalho, é sempre muito bem-vindo”, disse a juíza.

Para participar, basta as comarcas enviarem as informações sobre os contatos dos plantonistas para o cadastramento no grupo no aplicativo de mensagens pela equipe de desenvolvimento da DIA. Para utilizar o serviço, o plantonista deve entrar em contato com a Diretoria de Informática do TJMA e passar as informações necessárias para o cadastramento, por telefone (98-3194-6600) ou e-mail institucional (informatica@tjma.jus.br). (Asscom CGJ)

A pedido do MPMA, Justiça determina conclusão de obras do Centro Socioeducativo

Decisão da Justiça em favor de Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado do Maranhão e da Defensoria Pública do Estado determina retomada de obras do Centro Socioeducativo da Região Tocantina. A sentença, que foi proferida pela Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz, obriga o Governo do Estado do Maranhão e a Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) a tomarem as medidas necessárias para concluir as obras do centro.

A Ação Civil Pública foi proposta em 2015 pelo titular da 7ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Infância e Juventude, Alenilton Santos da Silva, e pelo defensor público Fábio Carvalho. A decisão é de 9 de outubro.

De acordo com a sentença, o Governo do Estado e a Funac têm prazo de até seis meses para implementar o programa de internação provisória e definitiva para adolescentes em conflito com a lei, em consonância com o

Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Negociações extrajudiciais

Desde outubro de 2014, o Ministério Público tentava solucionar extrajudicialmente a conclusão da obra que se encontra paralisada até hoje. À época, o MPMA instaurou Inquérito Civil para acompanhar e fiscalizar o andamento do processo, tendo em vista a inércia do Estado do Maranhão e da Funac.

O promotor de justiça Alenilton Santos ressalta que a Região Sul do Maranhão só dispõe de um único programa de internação provisória para adolescentes em conflito com a lei e com vagas insuficientes para a demanda.

“A superlotação dessas instituições, além de violar gravemente os direitos humanos, dá ensejo a muitos problemas, tais como motins, fugas, greves de fome, atos de violência entre os próprios internos

e contra profissionais lotados nas unidades, perigo durante as visitas de familiares, além de várias outras situações”, relata Alenilton Santos.

Decisão

A Justiça determina que o Estado retome a obra do Centro Socioeducativo de acordo com os padrões exigidos pelo Sinase, inclusive com espaços físicos e equipamentos para execução das três fases – inicial, intermediária e conclusiva –, com prazo de seis meses, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitado até R\$ 1 milhão.

A decisão estabelece que o programa de internação provisória e de internação definitiva seja todo estruturado, com equipamentos e pessoal. Deve ter capacidade mínima para 70 adolescentes, com 42 vagas para medida de internação; e 28 para internação provisória, conforme consta do projeto inicial, com prazo não superior a nove meses, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitado até R\$ 500 mil. *(Iane Carolina / CCOM-MPMA)*

TJMA lança campanha ‘Novembro Azul: previna-se e viva melhor’

O Tribunal de Justiça do Maranhão acaba de lançar a campanha “Novembro Azul: previna-se e viva melhor”, uma maneira de chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce das doenças que atingem a população masculina, com ênfase na prevenção do câncer de próstata, que, diariamente, causa a morte de 42 homens no Brasil, num universo de, aproximadamente, 3 milhões que vivem com a doença, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

A campanha é mais um passo importante da iniciativa de êxito do TJMA que, por meio de ações contínuas de sua Divisão Médica, vem colaborando para reduzir, ano a ano, o número de servidores do Judiciário estadual com exame de sangue PSA (antígeno prostático específico) alterado, passando de 32 casos, em 2016, para apenas dois registros, até o momento, em 2020.

Como forma de compartilhar informações e dicas de saúde para a população em geral, não apenas para servidores e magistrados do Poder Judiciário, o presidente do

TJMA, desembargador Lourival Serejo, tomou a iniciativa de divulgar, no site da instituição e nas redes sociais, campanhas criadas pelas divisões da Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial do Tribunal.

As informações da cartilha da campanha “Novembro Azul: previna-se e viva melhor” foram reunidas pela médica pediatra e analista judiciária do Tribunal, Pollyana Ferreira Soares. Segundo a médica, dados do Instituto Nacional de Câncer informam que foram diagnosticados 68.220 novos casos de câncer de próstata e cerca de 15 mil mortes/ano em decorrência da doença no Brasil, para cada ano do biênio 2018/2019. A médica revela que cerca de 20% dos pacientes com câncer de próstata são diagnosticados somente pela alteração no toque retal. E acrescenta que outros exames poderão ser solicitados se houver suspeita de câncer, como as biópsias, que retiram fragmentos da próstata para análise, guiadas pelo ultrassom transretal.

Sobe/Desce

Desce

A CLARO S/A foi condenada em São Luís por suposta falha na prestação de serviços, consistente na suspensão do plano de internet e tv a cabo de uma cliente sem aviso prévio. A empresa foi obrigada a restabelecer o pacote de serviços, bem como pagar, a título de danos morais, o valor de 2 mil reais.